

## “NOSSA AMAZÔNIA PERMANECE PRATICAMENTE INTOCADA”: A AMAZÔNIA NO DISCURSO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO NA ONU

Jairo da Silva e Silva<sup>47</sup>

### Introdução

Durante todo o ano de 2019, o Brasil e o mundo testemunharam o alongamento exponencial de devastação da maior floresta tropical do mundo. O aumento do número de queimadas e destruição na Amazônia intensificaram inúmeras discussões nacionais e internacionais sobre a questão em epígrafe.

Para que compreendamos o tamanho da desgraça, eis os números oficiais divulgados pelo Governo Federal por intermédio de dados do *Programa Queimadas* do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): em 2019, 89.178 incêndios na Amazônia<sup>48</sup>, o maior número desde 2017; ou seja, um crescimento de 30,5% em comparação com o ano anterior, 2018, sendo agosto, o pior mês do ano, com mais de 30 mil focos ativos de fogo, considerado o pior mês para a Amazônia, desde o ano de 2010. A título de comparação, no referido mês, os incêndios queimaram 29.944 km<sup>2</sup> do bioma, o equivalente a 4,2 milhões de campos de futebol.

Certamente que os dados acima apresentados são demasiadamente assombrosos e preocupantes, no entanto, nos interessa, neste texto, lançar o nosso olhar a um acontecimento discursivo ocorrido no mês seguinte, setembro; ou melhor, as respostas dadas pelo chefe do Executivo, o presidente do país, Jair Bolsonaro, no dia 24 de setembro, em ocasião do discurso inaugural da 74<sup>a</sup> Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Ao longo de 32 minutos, o presidente apresentou suas principais ideias ao mundo, entre as quais, dedicou quase 12 minutos para expor sua política ambiental para a Amazônia, reivindicando, inclusive como um tema apenas brasileiro, e criticou as extensões de terras destinadas aos povos indígenas em meio às sucessivas queimadas recordes na Amazônia brasileira, ocorridas sob sua gestão.

O objetivo deste texto, portanto, é investigar como se constitui o funcionamento do discurso do atual “Chefe do Executivo, o maior representante político do ‘neoultraconservadorismo’ brasileiro, Jair Bolsonaro, notável em criar polêmicas e discursos moralistas que contrastam com algumas de suas ações” (PEREIRA et al, 2019, p. 460), sobre a Amazônia.

Para tanto, elegemos como *corpus* de análise o seu

47. Professor na área de Letras do Instituto Federal do Pará (IFPA/Campus Abaetetuba). Mestre em Letras: Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Letras: Linguagens e Representações, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/Ilhéus-BA). E-mail: jairo.silva@ifpa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0427-7237>.

48. Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma: Amazônia. Disponível em: <https://bit.ly/2EWaWwI>. Acesso em: 20 abr. 2020.

pronunciamento na ONU, contrapondo-o a discursos antagônicos que circulam sob outras formações discursivas. Esse exercício está ancorado em perspectivas teórico-metodológicas da Análise do Discurso de linha francesa, em especial, ao pensamento de Michel Foucault (1979; 1996; 2008) a propósito de como a linguagem, realizada por sujeitos histórico-sociais, materializa os discursos e as relações de poder, entre outros apontamentos que tomamos como ancoragem para nossas ponderações. Dada a amplitude das produções de discursos, nossa atenção recai exclusivamente para enunciados que discursivizam a Amazônia.

Compreendemos a Análise do Discurso (de agora em diante, AD), como um campo de estudo interdisciplinar que oferece “ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história” (GREGOLIN, 2007, p. 13). Optamos trilhar por este percurso, por entender que nos permite a compreensão da produção de sentidos (e seus efeitos) dos pronunciamentos enunciativos do atual mandatário do país sobre a Amazônia, e, principalmente, apreender como determinados discursos neoultraconservadores acontecem historicamente e produzem efeitos na sociedade.

Em suma, para a AD, o empreendimento realizado não está para “o que este discurso quer dizer?”, a Análise de Discurso trilha por outra vereda, “a pergunta que ela coloca é: como este texto significa?” (ORLANDI, 2000, p. 17). Portanto, interessa-nos investigar os processos de significação sobre a Amazônia no discurso de Bolsonaro; entendendo, com efeito, que não buscamos elucidar a suposta universalidade de um sentido, pois compreendemos que o exercício da análise do discurso “mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. Rarefação e afirmação, rarefação, enfim, da afirmação e não generosidade contínua do sentido, e não monarquia do significante” (FOUCAULT, 1996, p. 70).

Ressaltamos ainda que o empreendimento descritivo e o percurso interpretativo se alternam na análise do *corpus*: “[...] dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entre misturar no indiscernível” (PÊCHEUX, 1997b, p. 45).

### **Análise do discurso do presidente Bolsonaro na ONU: a Amazônia em questão**

Devido à natureza e ao objetivo deste texto, o empreendimento analítico é dado a partir de análises dos enunciados que configuram os dizeres do presidente

Bolsonaro sobre a Amazônia, em seu pronunciamento na ONU. Assim, tomamos como ponto de partida, os 11' 19"<sup>49</sup> em que tematiza exclusivamente nosso objeto de estudo. Os enunciados são relacionados como sequência discursiva (doravante SD – com alguns grifos nossos):

*SD1: Senhorita Ysani Kalapalo, indígena aqui presente do Brasil, agora vamos falar de Amazônia. Em primeiro lugar, meu Governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. O Brasil é um dos países mais ricos em biodiversidade e riquezas minerais. Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada. Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente.*

Ao tratar da crise internacional desatada pela crescente devastação da Amazônia, Bolsonaro inicia evocando a presença da indígena Ysani Kalapalo, a quem cita explicitamente no seu pronunciamento. Natural da aldeia Tehuhungu, no Parque Indígena do Xingu (MT), Ysani estava na plateia da ONU a convite da comitiva do presidente. No entanto, ao pontuar discursivamente a posição do presidente, interrogamos qual seria a produção de sentidos e seus efeitos quando evoca a presença desta indígena?

A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. *A questão pertinente a uma tal análise poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?* (FOUCAULT, 2008, p. 31-32, grifos nossos).

No país em que se tolera o atual mandatário: ser declaradamente contrário à demarcação de terras indígenas (ameaça, inclusive, reverter as já demarcadas)<sup>50</sup>; comparar indígenas em reserva com animais em zoológico<sup>51</sup>, e dizer que “cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”<sup>52</sup>, ou seja, mostrar-se como insensível à constituição histórico-social dos povos indígenas, é significativo evocar a presença de alguma liderança indígena em seu discurso na ONU.

A estratégia discursiva de evocar a dita líder indígena Ysani Kalapalo é utilizada como um recurso argumentativo para referendar sua posição perante o mundo, buscando anunciar aos demais governantes ali

49. O recorte em epígrafe estende-se do 6' 53", ao 17' 34", e pode ser assistido na íntegra através do site: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 20 abr. 2020.

50. Bolsonaro fala em “reverter” reservas indígenas já demarcadas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=puKfog0T1O4>. Acesso em: 20 abr. 2020.

51. Jair Bolsonaro compara indígenas a animais e CIMI divulga nota de repúdio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gx1Wpxa7-kM>. Acesso em: 20 abr. 2020.

52. “Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. Disponível em: <https://glo.bo/3fEeikK>. Acesso em: 20 abr. 2020.

presentes, o quanto o chefe do Executivo brasileiro seria favorável às causas dos povos indígenas, a final de contas, a presença de Ysani pretende dar crédito às palavras do presidente. Retomaremos a discussão sobre a presença de Ysani durante a análise da SD6, momento em que Bolsonaro faz a leitura de uma carta entregue por esta líder indígena.

Merece leitura analítica, ainda, o enunciado “*Nossa Amazônia é maior que toda a Europa Ocidental e permanece praticamente intocada*”. Ao delinear algumas relações estabelecidas interdiscursivamente com outros dizeres que circulam em outros lugares, em outras posições, assumidas por outros sujeitos, apreende-se que os enunciados produzidos pelo presidente configuram um jogo de contradições que significam a ignorância sobre o que se tem dito sobre a questão em análise.

Conforme já dito na parte introdutória deste texto, de acordo com dados oficiais do próprio Governo Federal, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, o número de focos de incêndios na Amazônia cresceu 30% em 2019 em relação ao ano de 2018. Ao todo, foram 89.178 incêndios detectados pelo satélite de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano passado.

Em agosto de 2019, quando ocorreu o auge das queimadas, foram 30.901 incêndios, o pior mês da série do ano e o mais incendiário desde 2010. No mês seguinte, setembro, enquanto o presidente discursava na ONU, na última semana, anunciando que a “nossa Amazônia permanece praticamente intocada”, a série histórica de focos de queimadas disponibilizada pelo INPE apontava esse mês como o segundo recordista do ano, com quase 20 mil focos de queimadas, mais precisamente, 19.925 incêndios<sup>53</sup>.

Em se tratando do nível de desmatamento, segundo dados compilados pelo Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas (PAMZ+), desenvolvido na Coordenação-Geral de Observação da Terra (CGOBT) e no Centro Regional da Amazônia (CRA) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)<sup>54</sup>, somente na década que compreende 2008 e 2018, o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) registrou o desmatamento de 74.000 quilômetros quadrados da floresta amazônica [área quase duas vezes maior que a área do estado do Rio de Janeiro]<sup>55</sup>.

Quando comparamos as taxas de desmatamento entre os anos 2019 e 2018 na região, evidenciamos o crescimento de 85%. Segundo o Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real (DETER), em 2019, 9.165,6 quilômetros quadrados de floresta foram devastados; enquanto que, em 2018, foram registrados alertas de desmate numa área de 4.219,3 quilômetros quadrados<sup>56</sup>.

Como materialidade do funcionamento discursivo, a legitimidade enunciativa está na posição que o sujeito assume, o seu lugar de fala, inscrito nas instituições que

53. Monitoramento dos Focos Ativos por Bioma: Amazônia. Disponível em: <https://bit.ly/2EWaWwI>. Acesso em: 20 abr. 2020.

54. O PAMZ+ opera três projetos operacionais de mapeamento de dados sobre imagens de satélites de sensoriamento remoto na região da Amazônia: o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES), o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) e o sistema de mapeamento do uso e ocupação da terra, TerraClass. Os sistemas são complementares e foram concebidos para atender a diferentes objetivos. Ver site: <https://bit.ly/3gEnTtb>. Acesso em: 20 abr. 2020.

55. PRODES – Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite: Amazônia. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 20 abr. 2020.

56. Coordenação-Geral de Observação da Terra, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: DETER. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter>. Aces. 20 abr. 2020.

legitimam o seu dizer: “[...] quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, [...] e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira?” (FOUCAULT, 2008, p. 56). Assim, observamos que a interpretação de Bolsonaro é reforçada por si próprio como “verdadeira”, no entanto, quando lançamos nosso olhar para outros dizeres que se opõem ao posicionamento do presidente, ressaltamos que, na arena das disputas pela produção de verdades, o quanto é diferente de um dizer verdadeiro, e de uma preocupação com a busca da verdade, principalmente quando os dados científicos/oficiais caminham na contramão de sua dita verdade: “Prova de que somos um dos países que mais protegem o meio ambiente”?

SD2: Nessa época do ano, o clima seco e os ventos favorecem queimadas espontâneas e também as criminosas. Vale ressaltar que existem também queimadas praticadas por índios e populações locais, como parte de sua respectiva cultura e forma de sobrevivência. Problemas qualquer país os têm. Contudo, os ataques sensacionalistas que sofremos por grande parte da mídia internacional devido aos focos de incêndio na Amazônia despertaram o nosso sentimento patriótico. *É uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo.* (grifos nossos).

Enquanto o presidente Bolsonaro atribui o alto índice de queimadas apenas a fatores sazonais e climáticos; a fim de apreender os sentidos atribuídos na discursividade do presidente, recorreremos a fragmentos de outros dizeres já ditos, em outros lugares, por outras posições assumidas por outros sujeitos: opiniões de dois renomados cientistas que pesquisam sobre a devastação da Amazônia. O primeiro, Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e o segundo, Antonio Oviedo, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA), em entrevista à versão *online* do jornal *O Globo*, em 8 de janeiro de 2020:

Nossa agricultura tropical usa o fogo como ferramenta principal de limpeza. Normalmente 85% dos focos de incêndio são da agricultura, só que parte do fogo sai do controle da agricultura e passa para uma floresta degradada. O resto é incêndio proposital para queimar a mata derrubada. Mais de 90% dos incêndios, mesmo os de agricultura, são criminosos porque não têm autorização. Você precisa de autorização dos órgãos ambientais, que avaliam o período e podem vetar ou não. (*Online*, O GLOBO).

Este ano não foi muito seco para a Amazônia, pelo contrário: 2019 apresentou um número de dias muito

secos bastante inferiores aos dos anos anteriores. O aumento das queimadas não é ocasionado somente por fenômenos climáticos. As políticas e o discurso da agenda política desse atual governo têm passado uma mensagem que representa um convite ao crime ambiental, especialmente na Amazônia. (*Online*, O GLOBO)<sup>57</sup>.

No interior da formação discursiva em que se insere o discurso de Jair Bolsonaro, é julgada como errônea a leitura que parte da mídia faz sobre a catástrofe de incêndios na Amazônia, não passa de “ataques sensacionalistas”, da mesma forma, “é uma falácia dizer que a Amazônia é patrimônio da humanidade e um equívoco, como atestam os cientistas, afirmar que a nossa floresta é o pulmão do mundo” (BOLSONARO, 2019). Ou seja, no funcionamento desse discurso, é necessário validar os dizeres do chefe do Executivo brasileiro, e invalidar qualquer outra interpretação realizada pela mídia que não seja na direção do pensamento de Bolsonaro.

Para Foucault (2008, p. 118), qualquer formulação tem, em seu domínio associado, outras formulações, que são repetidas, refutadas, transformadas ou denegadas. “Enquanto uma enunciação pode ser recomeçada ou reevocada, enquanto uma forma linguística (linguística ou lógica) pode ser reatualizada, o enunciado tem a particularidade de poder ser repetido: mas sempre em condições estritas”, ou seja, para esse filósofo, nessa “rede de reformulações” não há enunciado que de uma forma ou de outra não reatualize outros enunciados, e essa reatualização:

Faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (...). É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra não reatualize outros enunciados (FOUCAULT, 2008, p. 111).

Ao considerarmos os enunciados acima apresentados – o discurso de Bolsonaro e os discursos de cientistas veiculados pela mídia –, observamos como ambos os discursos se constituem um a partir do outro, exemplificando que, nessa dinâmica, trata-se de mais um entre tantos outros que serão entrecruzados por essas duas formações discursivas que se configuram como antagônicas.

Os enunciados até aqui apresentados estão submersos numa rede de memória discursiva própria da

57. Ambos os excertos foram coletados do site do jornal *O Globo*, disponíveis em: <https://glo.bo/33E0yny>. Acesso em: 21 abr. 2020

polêmica levantada. O dizer não significa apenas pelo que se tem a dizer, mas pelo conjunto de enunciações que o fizeram significar, pela memória de que está impregnado, mesmo que ausente ou esquecida. O que se diz, em dado momento histórico, já foi dito. Isto é, não somos os donos de nossos dizeres. Eles significam pela história e para a língua e podem ser apreendidos por outras vozes. É a partir da memória discursiva que surge a possibilidade de toda formação discursiva fazer circular as “redes de formulações” outrora enunciadas (SILVA; PESSOA, 2017, p. 71).

Em todo o momento, para que se constitua como legítimo, o discurso do presidente Bolsonaro precisa desqualificar o discurso antagônico: dos povos indígenas, da mídia, da ciência, e, principalmente, de governos de outros países.

*SD3*: Valendo-se dessas falácias, um ou outro país, em vez de ajudar, embarcou nas mentiras da mídia e se portou de forma desrespeitosa, e com espírito colonialista. Questionaram aquilo que nos é mais sagrado: a nossa soberania! Um deles por ocasião do encontro do G7 ousou sugerir aplicar sanções ao Brasil, sem sequer nos ouvir. Agradeço àqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta. Em especial, ao presidente Donald Trump, que bem sintetizou o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós.

De acordo com Pêcheux (1990a, p. 77), “um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas”, consideramos, portanto, ser necessário revisitar as condições de produção que impulsionar essa resposta de Bolsonaro ao que ele considera como questionamento à soberania do Brasil.

A partir de um movimento interdiscursivo, entendemos ser uma referência aos embates travados com o presidente da França, Emmanuel Macron, na última semana de agosto de 2019, dias antes da 74ª Assembleia Geral da ONU. Durante a reunião do *Grupo dos Sete* (G7) – o grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido –, Macron afirmou que trabalharia para que os países do G7 se mobilizassem na luta contra os incêndios na Amazônia, reivindicando papel especial no debate por causa da Guiana Francesa<sup>58</sup>. Bastou enunciar o bioma como “nossa Amazônia” para o presidente brasileiro responder com uma série de adjetivações negativas: “falaciosos, mentirosos, desrespeitosos, espírito colonialista, absurda proposta”.

Ora, uma vez que um ou outro país resolveu tratar de um assunto referente à Amazônia, Bolsonaro supõe que os chefes de tais Estados deveriam, assim, primeiramente ter consultado o chefe do Executivo brasileiro. Ou seja, o

58. A Amazônia é nosso bem comum, diz Macron antes da cúpula do G7. Disponível em: <https://bit.ly/3khCDAi>. Acesso em: 21 abr. 2020.

presidente do Brasil seria o detentor da verdade a respeito da Amazônia [mesmo que pertença ao território de mais 8 países, além do Brasil<sup>59</sup>], e, se outro(s) governantes quisessem tratar a respeito, o presidente brasileiro deveria ser considerado. Para demarcar seu posicionamento como verdadeiro, legítimo, esse discurso tem de se reportar ao presidente da maior potência mundial, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o qual teria sintetizado “o espírito que deve reinar entre os países da ONU: respeito à liberdade e à soberania de cada um de nós”. (BOLSONARO, 2019). Por conseguinte, supõe-se uma visão legítima, a correta que, neste caso, seria aquela que condiz com o entendimento que o próprio discurso faz de si mesmo.

Ao continuarmos com a leitura do pronunciamento de Bolsonaro na íntegra, observamos como o discurso do presidente busca atingir o discurso antagônico:

*SD4: Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. Eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós. Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estados gostariam que acontecesse. Existem, no Brasil, 225 povos indígenas, além de referências de 70 tribos vivendo em locais isolados. Cada povo ou tribo com seu cacique, sua cultura, suas tradições, seus costumes e principalmente sua forma de ver o mundo. A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros na sua guerra informacional para avançar seus interesses na Amazônia. Infelizmente, algumas pessoas, de dentro e de fora do Brasil, apoiadas em ONGs, teimam em tratar e manter nossos índios como verdadeiros homens das cavernas. (grifos nossos).*

Ao apelar ao sentimento nacionalista, Bolsonaro atribui a uma conspiração internacional de Organizações não Governamentais (ONGs) o interesse pela Amazônia e na proteção dos povos indígenas. No entanto, o discurso do presidente desconsidera a Carta Magna do Brasil, ou melhor, a Constituição brasileira, de 1988, a qual ordena a demarcação de terras indígenas em até 5 anos [ou seja, até 1993], e reconhece aos índios, em seu artigo 231: “Sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

A desaceleração das demarcações vem desde o governo de Dilma Rousseff. Segundo estudos realizados pelo Instituto Socioambiental, no governo de Rousseff, apenas 21 Terras Indígenas (TIs) foram homologadas, 25 TIs foram declaradas e 44 TIs foram identificadas

59. A Amazônia inclui territórios pertencentes a nove nações. A maioria das florestas está contida dentro do Brasil, com 60% da floresta, seguida pelo Peru com 13% e com partes menores na Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e França (Guiana Francesa). Ver site: <http://ibef-brasil.com.br/projeto-amazocircnia-conexatildeo-global.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.

e delimitadas<sup>60</sup>. De acordo com esse mesmo Instituto, durante os dois anos de gestão de Michel Temer, o quadro piorou. A única terra que chegou a ser homologada nesse período foi revertida na Justiça<sup>61</sup>.

Mas essa questão ganhou dimensões ainda maiores desde que Jair Bolsonaro assumiu o Planalto, em janeiro de 2019. Pois, foi o primeiro presidente a falar abertamente [e por diversas vezes] que não retomaria as demarcações e constantemente ameaçar rever algumas demarcações. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 63% das 1.290 terras indígenas no Brasil, 821 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas, um volume de 528 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado<sup>62</sup>. Portanto, ao considerar que a Constituição Federal de 1988 determinou a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil até 1993, fica evidente uma completa omissão do Executivo no cumprimento desta sua obrigação constitucional.

*SD5: O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses. O índio não quer ser latifundiário pobre em cima de terras ricas. Especialmente das terras mais ricas do mundo. É o caso das reservas Ianomâmi e Raposa Serra do Sol. Nessas reservas, existe grande abundância de ouro, diamante, urânio, nióbio e terras raras, entre outros. E esses territórios são enormes. A reserva Ianomâmi, sozinha, conta com aproximadamente 95 mil km<sup>2</sup>, o equivalente ao tamanho de Portugal ou da Hungria, embora apenas 15 mil índios vivam nessa área. Isso demonstra que os que nos atacam não estão preocupados com o ser humano índio, mas sim com as riquezas minerais e a biodiversidade existentes nessas áreas.*

Tomado como enunciado (FOUCAULT, 2008), o pronunciamento de Bolsonaro expõe como o funcionamento discursivo não tem nada de inocente; pelo contrário, ele se efetiva, principalmente em um campo de batalhas, em que os poderes e saberes são mobilizados, na busca pela legitimação de uma verdade, pela construção da verdade irreduzível: o seu governo, eleito democraticamente, está na direção certa! A final de contas, supõe Jair Bolsonaro que “o Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses”.

Por meio dessa análise, Foucault [1969/2008] estabelece explicitamente as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história. A discursividade tem, pois, uma *espessura histórica*, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em

61. Com pior desempenho em demarcações desde 1985, Temer tem quatro Terras Indígenas para homologar. Disponível em: <https://bit.ly/3fEeXCK>. Acesso em: 21 abr. 2020.  
62. A inércia contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi. Disponível em: <https://bit.ly/3gEHmKg>. Acesso em: 21 abr. 2020.

vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se *efeitos discursivos*. (GREGOLIN, 2007, p. 15, grifos da autora).

Uma possível interpretação aos efeitos de sentidos apreendidos a partir dos dizeres enunciados pelo mandatário do país é a legitimação de seu discurso dado como verdadeiro, ainda que outros discursos o caracterizem enquanto completo descaso contra a Amazônia. Em contraposição aos ditos do presidente, dizeres que circulam sob outras formações discursivas, e com regime de verdade legitimado pelo Estado, como é o caso da Constituição Federal de 1988 “disputam” com a suposta verdade enunciada pelo também presidente legitimado pelo Estado.

Ao refletir sobre a materialidade enunciativa do que seria *legítimo*, Foucault (2008, p. 4) disserta sobre a ciência [a qual possui uma ordem de discurso dada como legítima]: “[...] não se trata de saber qual é poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é o regime interior de poder”.

Não basta o presidente enunciar que pretende fazer isso ou aquilo, pois, mesmo sendo o chefe do Executivo brasileiro, outros regimes de poder significam que a República Federativa, sob a tutela da democracia, a qual emana do povo através de seus representantes no Congresso Nacional (Legislativo), e o papel exercido pelo Judiciário, evidenciam o quanto a enunciação é opaca, não transparente, é repleta de sentidos. O dizer de Bolsonaro não passa de mais uma possibilidade de interpretação.

Em contraposição aos dizeres de Bolsonaro descritos na SD5, buscamos em outro regime de verdade fundamento de o como a linguagem é não-transparente: a Constituição Federal de 1988. Para a exploração de áreas indígenas, segundo nossa Carta Magna, é necessária uma lei para regulamentar a mineração nas terras indígenas, mas, como isso nunca foi feito, a mineração segue ilegal. Além do mais, o artigo 231 da Carta determina que cabe às populações indígenas o “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos” nos territórios demarcados. Afirma ainda, que:

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (BRASIL, 1988).

Em seu pronunciamento na ONU, o presidente do país realizou a leitura de uma carta escrita por algumas lideranças indígenas: “E para mostrar aos senhores, que não existe uma autoridade única entre os índios, eu quero ler aqui uma carta de grande parte das comunidades indígenas,

endereçada para os senhores”. (BOLSONARO, 2019):

SD6: O Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil, formado por diversas etnias e com representantes por todas as unidades da Federação, que habitam uma área de mais de 30 milhões de hectares do território brasileiro, vem respeitosamente perante a sociedade brasileira endossar apoio total e irrestrito à indígena Ysani Kalapalo, aqui presente, do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso, para que a mesma possa na Assembleia das Nações Unidas em Nova York – Estados Unidos, externar toda a realidade vivida pelos povos indígenas do Brasil, bem como, trazer à tona o atual quadro de mentiras propagado pela mídia nacional e internacional que insiste em fazer dos povos indígenas do Brasil uma reserva de mercado sem fim, atendendo interesses estrangeiros de países que ainda enxergam no Brasil uma colônia sem regras e sem soberanias. O Brasil possui 14% do território nacional regularizado como terras indígenas e muitas comunidades estão sedentas para que o desenvolvimento desta parte do Brasil, finalmente ocorra sem amarras ideológicas ou burocráticas, isso facilitará o alcance de uma maior qualidade de vida nas áreas do empreendedorismo, saúde e educação.

Uma nova política indigenista no Brasil é necessária. O tempo urge!

Medidas arrojadas podem e devem ser incentivadas na busca pela autonomia econômica dos indígenas. Certamente que se um conjunto de decisões vier nesse sentido, poderemos vislumbrar um novo modelo para a questão indígena brasileira.

Um novo tempo para as comunidades indígenas é fundamental, a situação de extrema pobreza em que se encontram, sobrevivendo tão somente do Bolsa Família e de cestas básicas nunca representou dignidade e desenvolvimento.

O ambientalismo radical e o indigenismo ultrapassado e fora de sintonia com o que querem os povos indígenas representam o atraso, a marginalização e a completa ausência de cidadania.

A realidade ora posta, impõe que o mundo na arena da Assembleia das Nações Unidas possa conhecer nossos desejos e aspirações na voz da indígena Ysani Kalapalo que transmitirá o real quadro do meio ambiente e das comunidades indígenas brasileiras.

Portanto, Ysani Kalapalo goza da confiança e do prestígio das lideranças indígenas interessadas em desenvolvimento, empoderamento e protagonismo, estando apta para representar as etnias relacionadas anexas, que são 52.

Acabou o monopólio do senhor Raoni.

Em outro momento deste texto, dissemos que Bolsonaro utilizou como estratégia discursiva, uma evocação à presença da então líder indígena, a *youtuber* Ysani Kalapalo. Ter o apoio de uma liderança indígena para mostrar aos demais governantes mundiais que se importa com os povos indígenas é necessário para referendar a verdade enunciada pelo presidente brasileiro. Importa ratificar, assim, que os enunciados materializam de que forma funcionam os discursos, que nada têm de inocente. Em seu método arqueológico, ao

teorizar sobre o discurso, Foucault (2008, p. 8) postula que o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam; poder este que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

Para confirmar sua dita verdade, Bolsonaro enuncia a indígena Ysani Kalapalo enquanto a porta-voz dos povos indígenas. Inclusive, trouxe até uma carta atribuída ao *Grupo de Agricultores Indígenas do Brasil*; a carta lida por Bolsonaro questiona a liderança do cacique Raoni Metuktire e apresenta Ysani Kalapalo como prestigiada liderança indígena que “goza da confiança e do prestígio das lideranças indígenas interessadas em desenvolvimento, empoderamento e protagonismo, estando apta para representar as etnias relacionadas” (BOLSONARO, 2019), acabando com “o monopólio do senhor Raoni”.

Na SD4, Bolsonaro (2019) já havia dito: “A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros. Muitas vezes alguns desses líderes, como o cacique Raoni, são usados como peça de manobra por governos estrangeiros”. Assim, compreendemos que, a todo o momento, o discurso do presidente brasileiro precisa desqualificar os discursos outros [os antagônicos] para se constituir e se legitimar como verdadeiro.

Observamos, portanto, que o presidente procura diminuir a importância do seu outro, aqui, chamando o cacique Raoni de “peça de manobra”. Esse mesmo recurso poderia, com efeito, ser utilizado pelo outro discurso de forma diferente: considerando que o cacique Raoni, líder indígena brasileiro da etnia caiapó, reconhecido nacional e internacionalmente enquanto embaixador pela preservação da Amazônia e dos povos indígenas, o qual visitou o mundo inteiro e encontrou-se com os mais importantes líderes mundiais – reis, presidentes e três papas receberam palavras, documentos e pedidos de apoio de Raoni ao longo das suas décadas de uma das mais importantes, premiadas e reconhecidas campanhas do mundo, – sendo indicado este ano ao Prêmio Nobel da Paz<sup>63</sup>, o que conferiria ao cacique a legitimidade para enunciar seus dizeres.

A ideia de traduzir esse *outro*, fazendo dele uma espécie de simulacro, pelo campo de sentido do seu mesmo, é utilizado para ratificar sua verdade e, principalmente, interditar esse outro, demarcando-o como errado, não legítimo. Na produção discursiva do presidente é preciso, pois contrapor o que significa a liderança do cacique Raoni com outras lideranças indígenas, ou até muito mais: é preciso diminuí-lo perante o mundo todo; para Bolsonaro: “Acabou o monopólio do senhor Raoni”.

Instaurada a polêmica, recorreremos, então, a outros já ditos, por outros sujeitos, em formações discursivas antagônicas à formação do discurso do presidente, por meio de um percurso interdiscursivo, e verificamos como os

63. Quem é Raoni, cacique que dedica a vida à preservação das florestas e direitos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2DMVr9H>. Acesso em: 21 abr. 2020.

discursos se constituem um a partir do outro:

Foi um dia de terror para o Brasil, e para todos os povos indígenas do Brasil e do mundo. Bolsonaro fez discurso de intolerância e truculência. Bolsonaro nos chamou hoje de animais das cavernas e ainda desrespeitou nosso grande líder, indicado ao Nobel da Paz, o cacique Raoni. Com esse discurso, se colocou mundialmente como uma ameaça concreta à Amazônia, e ainda se coloca como porta-voz do agronegócio, da exploração mineral com essa visão e mentalidade do século 19. (GUAJAJARA, 2019)<sup>64</sup>.

O discurso acima foi enunciado pela líder indígena Sonia Guajajara em ocasião de um evento nos Estados Unidos, o qual contou com a presença de outros três representantes de povos indígenas, além de Sonia: Dinamam Tuxá, Cris Pankararu e Artemisa Xakriaba. Os quatro fazem parte de uma associação nacional de entidades que representam os povos indígenas do Brasil, a *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*, sendo Guajajara, a coordenadora executiva.

Se o discurso de Bolsonaro pretende como efeito de sentido, a verdade – pois, além de ser o chefe da nação, tem indígenas para confirmar seus dizeres – por outro lado, verificamos o contraditório: No mesmo dia do seu pronunciamento na ONU, horas depois, representantes de 16 povos indígenas do Xingu repudiaram a presença da Ysani Kalapalo enquanto a porta-voz dos povos indígenas, ou seja, a jovem *youtuber* é questionada por grande parte das lideranças indígenas dos povos de sua própria região<sup>65</sup>:

#### CARTA DE REPÚDIO CONTRA REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NA DELEGAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA ONU

Nós representantes maiores dos 16 povos indígenas habitantes do Território Indígena do Xingu (Aweti, Matipu, Mehinako, Kamaiurá, Kuikuro, Kisedje, Ikpeng, Yudjá, Kawaiweté, Kalapalo, Narovuto, Waurá, Yawalapiti, Trumai, Nafukuá e Tapayuna), viemos diante da sociedade brasileira repudiar a intenção do Governo Brasileiro de incluir a indígena Ysani Kalapalo na delegação oficial do Brasil que participará da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU que será realizada na cidade de Nova Iorque no próximo dia 23 de setembro de 2019. O governo brasileiro mais uma vez demonstra com essa atitude o desrespeito com os povos e lideranças indígenas renomados do Xingu e outras lideranças a nível nacional, desrespeitando a autonomia própria das organizações dos povos indígenas de decisão e indicação de seus representantes em eventos nacionais e internacionais.

O governo brasileiro ofende as lideranças indígenas do Xingu e do Brasil ao dar destaque a uma indígena que vem atuando constantemente em redes sociais com objetivo único de ofender e desmoralizar as lideranças e o movimento indígena do Brasil. Os 16 povos indígenas do Território Indígena do Xingu através de seus caciques reafirmam seu direito de

64. Nos EUA, indígenas reagem ao discurso de Bolsonaro na ONU: “dia de terror”. Disponível em: <https://glo.bo/33CtZqd>. Acesso em: 21 abr. 2020.  
65. Caciques de 16 povos repudiam indígena que acompanhou Bolsonaro na ONU: Em nota, representantes de povos do Xingu dizem não aceitar Kalapalo como liderança. Disponível em: <https://glo.bo/33E19pi>. Acesso em: 20 abr. 2020.

autonomia de decisão através de seu próprio sistema de governança composto por todos os principais caciques dos povos xinguanos.

O governo brasileiro, não se contentando com os ataques aos povos indígenas do Brasil, agora quer legitimar sua política anti-indígena usando uma figura indígena simpatizante de suas ideologias radicais com a intenção de convencer a comunidade internacional de sua política colonialista e etnocida. Não aceitamos e nunca aceitaremos que o governo brasileiro indique por conta própria nossa representação indígena sem nos consultar através de nossas organizações e lideranças reconhecidos e respaldados por nós.

Atestam esta carta:

Tafukuma Kalapalo / Cacique do Povo Kalapalo  
Aritana Yawalapiti / Cacique do Povo Yawalapiti  
Afukaká Kuikuro / Cacique do Povo Kuikuro  
Kotok Kamaiurá / Cacique do Povo Kamaiurá  
Atakaho Waurá / Cacique do povo Wauja  
Tirefé Nafukuá / Cacique do Povo Nafukua  
Arifira Matipu / Cacique do Povo Matipu  
Awajatu Aweti / Cacique do Povo Aweti  
Mayukuti Mehinako / Cacique do Povo Mehinako  
Kowo Trumai / Cacique do Povo Trumai  
Melobo Ikpeng / Cacique do Povo Ikpeng  
Kuiussi Suya / Cacique do Povo Kisedje  
Sadeá Yudjá / Cacique do Povo Yudja  
Mairawe Kaiabi / Cacique do Povo Kawaiwete  
Associação Terra Indígena Xingu – ATIX.

As respostas enunciadas pelas lideranças indígenas tanto da associação *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*, quanto das lideranças que assinam a Carta de repúdio acima relacionada, também ratificam o quanto a linguagem permite a estratégia de desqualificação do dizer do *outro*; algo típico na ordem do discurso antagônico.

Assim, rumamos à derradeira sequência discursiva do pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro na ONU, no que se refere ao objeto em estudo, a Amazônia:

SD7: A Organização das Nações Unidas teve papel fundamental na superação do colonialismo e não pode aceitar que essa mentalidade regresse a estas salas e corredores, sob qualquer pretexto. Não podemos esquecer que o mundo necessita ser alimentado. A França e a Alemanha, por exemplo, usam mais de 50% de seus territórios para a agricultura, já o Brasil usa apenas 8% de terras para a produção de alimentos. 61% do nosso território é preservado! Nossa política é de tolerância zero para com a criminalidade, aí incluídos os crimes ambientais. Quero reafirmar minha posição de que qualquer iniciativa de ajuda ou apoio à preservação da Floresta Amazônica, ou de outros biomas, deve ser tratada em pleno respeito à soberania brasileira. Também rejeitamos as tentativas de instrumentalizar a questão ambiental ou a política indigenista, em prol de interesses políticos e econômicos externos, em especial os disfarçados de boas intenções. Estamos prontos para, em parcerias, e agregando valor, aproveitar de forma sustentável todo nosso potencial.

No funcionamento do discurso do atual “Chefe

do Executivo, o maior representante político do ‘neoultraconservadorismo’ brasileiro, Jair Bolsonaro, *notável em criar polêmicas* e discursos moralistas que contrastam com algumas de suas ações” (PEREIRA et al., 2019, p. 460, grifos nossos), a questão das disputas pela produção de verdades e o quanto é diferente de um dizer verdadeiro e de uma preocupação com a busca da verdade, recorreremos mais uma vez ao pensamento de Foucault, dessa vez, quando questionado sobre o motivo de não gostar de entrar em polêmicas em torno de ideias. Advoga esse pensador em *Polêmica, Política e Problematizações* (1984):

O polemista prossegue [numa discussão] investido dos privilégios que detém antecipadamente, e que nunca aceita recolocar em questão. Possui, por princípio, os direitos que o autorizam à guerra e que fazem dessa luta um empreendimento justo; não tem diante dele um parceiro na busca da verdade, mas um adversário, um inimigo que está enganado, que é perigoso e cuja própria existência constitui uma ameaça. O jogo para ele não consiste, portanto, em reconhecê-lo como sujeito com direito à palavra, mas em anulá-lo como interlocutor de qualquer diálogo possível, e seu objetivo final não será se aproximar tanto quanto possível de uma difícil verdade, mas fazer triunfar a justa causa da qual ele é, desde o início, o portador manifesto. O polemista se sustenta em uma legitimidade da qual seu adversário, por definição, está excluído. Talvez seja preciso um dia fazer a longa história da polêmica como figura parasitária da discussão e obstáculo à busca da verdade. (...). Este é o modelo político mais poderoso atualmente. A polêmica define alianças, recruta partidários, produz a coalisão de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que, vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer (FOUCAULT, 2006, p. 225-6).

Uma das formas de utilização do poder nas relações que o constituem, é a produção do saber, o qual se serve e é servido pelo poder político, ou seja, o poder-saber (FOUCAULT, 1979). Assim, observamos certa preocupação de Foucault em torno do cuidado com a verdade. Não aquela verdade no sentido de palavra espontânea e franca que traz benefícios para um coletivo, mas, com a verdade produzida e defendida pelo poder-saber, sobretudo nesses dias em que o país tem atravessado desde meados do ano 2016, principalmente, quando ocorreu o fatídico golpe instalado no Brasil. A professora Regina Dalcastagnè (2018) assim descreve o quadro atual:

Um golpe em pleno andamento – daqui mesmo podemos ouvir sua maquinaria perversa, que inclui perseguições, ameaças, gritos, pedradas, tiros, seriados de televisão, assassinatos de lideranças populares, de gente que luta pelos direitos humanos, de vereadoras negras de esquerda, de meninos pretos que militavam culturalmente em suas comunidades e de outros tantos, que só queriam viver suas vidas. Um golpe que tem como objetivo a destruição dos direitos trabalhistas, a

entrega das riquezas do país ao capital internacional, a divisão do butim entre os banqueiros, os latifundiários, os especuladores, os donos da grande mídia. Um golpe que, para se consolidar, tem de conter o movimento de democratização que, de algum modo, se fortalecia no país, especialmente com o acesso à educação superior e com a valorização dos espaços periféricos de produção cultural. (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 14).

Esclarece-nos esta pesquisadora que esse golpe é “contra os direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos trabalhadores, dos moradores das periferias, da população LGBT, dos pobres; contra sua inserção social e contra suas formas de expressão”, bem como “contra o ensino público, contra a liberdade de expressão e de cátedra, contra o pensamento crítico, contra nossos sonhos de justiça”. Por esse motivo, “mais do que nunca, precisamos estar atentos às vozes que eles querem calar, ao que essas vozes têm a nos dizer, ao que elas acrescentam na compreensão de nossa realidade” (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 14).

Na esteira desse golpe, no ano de 2018, teve-se o advento de uma agenda “neoultraconservadora” no país, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro. Assim, da mesma forma que Dalcastagnè (2018, p. 14), buscamos “como todos algo que nos explique como diabos chegamos até aqui. E procurando, ainda, ferramentas para o contraponto a esses discursos contaminados que nos cercam, discursos fascistas, equivocados, vazios de sentido e carregados de ódio”.

### Considerações finais

Tal qual Foucault em *Arqueologia do Saber* (2008 [1969]), neste texto procuramos elucidar que os discursos, “tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras”, (p. 55) mas “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (p. 135).

Portanto, recorreremos às contribuições da AD de vertente francesa, sobretudo às recorrências das reflexões foucaultianas com respeito ao funcionamento discursivo, mobilizado por sujeitos sócio-históricos, sendo causa e motivo pelo qual se batalha: o saber, a verdade, e principalmente, o poder.

Assim, descrevemos “um certo número de enunciados” do atual presidente da República, Jair Bolsonaro referente às questões da Amazônia, “em que os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” (FOUCAULT, 2008, p. 43) definem uma certa regularidade, isto é, inscritos em uma mesma formação discursiva: a

materialidade de uma agenda neoultraconservadora.

Ao longo do empreendimento analítico, identificamos o lugar de regularidade da temática Amazônia no atual governo: submissão à já referida agenda. Na mesma esteira, pontuamos a forma pela qual os discursos antagônicos funcionam e se constituem, materializando a polêmica e (re) significando ao *outro*.

À guisa de (in)conclusão, se o presente texto se constitui como uma tentativa de investigação da prática discursiva adotada pelo presidente Jair Bolsonaro quando tematiza sobre a Amazônia, julgamos necessário que outros pronunciamentos presidenciais – em especial, referentes à criação e execução do recém-criado *Conselho Nacional da Amazônia Legal* presidido pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, com 19 militares e sem a presença dos governadores que compõe a Amazônia Legal – também merecem o olhar analítico dos pesquisadores em Análise do Discurso. Entendemos, portanto, que a disponibilidade de dados permite análises em profundidade da compreensão do recente período instaurado no país, sob a agenda neoultraconservadora proposta por Jair Bolsonaro, a qual caminha segundo a descrição de Dalcastagnè (2018).

### Referências

BOLSONARO, Jair Messias. **Íntegra do discurso de Jair Bolsonaro na ONU**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

DALCASTAGNÈ, Regina. O que o golpe quer calar: literatura e política no Brasil hoje. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, volume 23, número 2, p. 13-24, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. RJ: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematizações (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros de Mota. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos. Vol. V).

FOUCAULT, Michel. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969. Trad. bras. **A Arqueologia do saber**. Rio

de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, vol. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et. al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2ª ed., Campinas: Pontes, 1997.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; FREIRE, Miriam Espíndula dos Santos; RAMOS, Letícia. Democracia e as recentes reformas das políticas curriculares no contexto da educação básica no Brasil. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, ano 24, número 41, Teresina, jan-abr, 2019.

SILVA, Jairo da Silva e; PESSOA, Fátima Cristina da Costa. A educação superior privada segundo a agenda neoliberal: analisando a prática discursiva publicitária de instituições que atuam na Amazônia brasileira. **Littera Online**. v. 8, p. 67-81, 2017.